

## **Discurso Sandra Ribeiro – mesa abertura dia 19**

Os desafios económicos, demográficos e sociais do presente, exigem um novo olhar, despido de preconceitos, sobre o papel do homem e da mulher, quer como actores económicos, quer na sua função social, quer, ainda, na própria relação entre ambas as vertentes.

O paradigma instalado que replica papéis sociais pré-definidos de acordo com o sexo, determina a segregação entre homens e mulheres, quer profissional, quer socialmente, originando uma persistente reprodução de desigualdades de género.

A igualdade entre homens e mulheres é um valor fundamental da União Europeia, proclamado desde há pelo menos, cinco décadas, estando reconhecido em todos os documentos estratégicos de política europeia e mundial que as políticas de igualdade de género são vitais para o crescimento económico, prosperidade e competitividade.

Dados estatísticos recentes confirmam contudo, a persistência de um mercado laboral visivelmente desigual em Portugal. São disso exemplo a precariedade laboral feminina, que é substancialmente superior à masculina, as diferenças salariais em desfavor das mulheres, ou a fraca representação feminina nos postos de direcção. Mantendo-se também, evidente, uma afectação não equitativa das responsabilidades familiares e domésticas entre homens e mulheres e um escasso gozo pelos homens dos seus direitos de parentalidade.

É pois evidente, que ainda estamos longe de erradicar a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, e que essa tarefa não pode ser atingida apenas pela força da lei, nem pode ser imposta unilateralmente pelo Governo. Sem deixar de reconhecer que a lei é um instrumento fundamental para operar mudanças na sociedade, a influência dos parceiros sociais é, a par

da actividade do governo e dos serviços competentes da administração pública, essencial para concretizar e efetivar a igualdade de género no trabalho.

Na verdade, os parceiros sociais estão numa posição privilegiada para influenciar os seus associados, quer patronais, quer trabalhadoras e trabalhadores, pois são os únicos que podem contribuir para operar mudanças, de dentro para fora, no âmbito das relações laborais. Prova disso mesmo, é o importante papel que as confederações europeias, patronais e sindicais, têm desempenhado na promoção da igualdade de género no trabalho a nível europeu.

Efectivamente, a actuação dos parceiros sociais pode ser um poderoso instrumento para reduzir as disparidades salariais entre homens e mulheres, para combater a segregação profissional do mercado de trabalho em razão do género, e bem assim, para incrementar e criar acordos que permitam uma melhor conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

A actuação dos parceiros sociais pode, ainda, ser a solução para implementar verdadeiramente o chamado *mainstreaming* de género no mundo do trabalho, clarificando, através da definição de metas no âmbito dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, que, por exemplo, questões como a parentalidade e a flexibilidade de horários de trabalho, normalmente consideradas como assuntos de mulheres, são temas transversais a todos os trabalhadores e trabalhadoras, mulheres ou homens, e fundamentais para a produtividade sustentável de qualquer empresa.

Por isso, acreditamos que a ação dos parceiros sociais, nomeadamente no âmbito da celebração de convenções coletivas, pode contribuir, de forma efectiva e definitiva, para a mudança de paradigma, que urge acontecer nas relações laborais em Portugal, rumo à igualdade de género.

Boa conferência.